



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

ATA - 09ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2025. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 07 de outubro de 2025, no formato híbrido, realizou a 09ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Marlete de Oliveira. A 09ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Patrícia Ferreira, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Titular Patrícia Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular Marta Koerich, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA); Conselheira Titular Cleia Pereira, representante da UDESC; Conselheira Titular Gisella Ribeiro, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE); Conselheira Titular Clarissa Simões, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira Titular Carolina Kichller, representante da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e Conselheira Titular Ana Lúcia Michels, representante da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços (SICOS). Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Carolina Bergmann e sua Suplente Marina Soncini, representantes do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Terezinha Mafioletti e sua Suplente Margot Zetzsche, representantes da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Joseane Nazário, representante do CRP 12ª Região; Conselheira Titular Carolina de Matos, representante da CUT/SC; Conselheira Titular Tamayra Henkel, representante do Movimento Mulheres do Litoral; Conselheira Titular Juci Tomais, representante do Instituto Gente de Direitos; Conselheira Titular Marlete Pinto de Oliveira e sua Suplente Mareli Graupe, representantes da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Titular Leslei Mayer, representante da FETAESC; Conselheira Titular Andréa Vergani, representante da BPW e a Conselheira Titular Alice



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Menegasso, representante da UNICAFES. As conselheiras Luciana Cascaes e Denize Oliveira, representantes do Instituto Movimento Jovem de Araquari, justificaram a ausência devido a compromisso no trabalho, assim como a conselheira suplente Vanessa Caminha, representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP). A conselheira suplente Viviane Silva da Rosa, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED) justificou ausência por estar gozando de férias e as conselheiras Milena Lopes e Fabiana de Souza, representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS) também justificaram ausência por estarem de atestado médico. A 09ª Plenária Ordinária do CEDIM contou com a presença da convidada, Anna Júlia, presidenta da CUT/SC e com as pesquisadoras da FAPESC responsáveis pela elaboração do Plano Estadual de Políticas para Mulheres. A 09ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2025 teve a seguinte **pauta**: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 08ª Plenária Ordinária – Ano 2025, realizada em 02 de setembro de 2025; 4. Apresentação da CUT/SC pela conselheira Carolina de Matos; 5. Avaliação da 05ª CNPM; 6. Retorno sobre o andamento do Curso de Formação de Conselheiras; 7. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho; 8. Informe Agosto Lilás; 9. Informes Gerais; 10. Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Marlete agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta. Após, Carol passou para o item **03. Aprovação da Ata da 08ª Plenária Ordinária – Ano 2025, realizada em 02 de setembro de 2025.** Sendo que a ata foi aprovada. **4. Apresentação da CUT/SC pela conselheira Carolina de Matos.** Carolina de Matos (3 min) introduz a fala em nome da CUT/SC e agradece a presença da presidenta da CUT Anna Júlia. Anna Júlia apresentou a história da CUT, que foi fundada em 1983 após o regime militar, e as pautas da central. A CUT-SC possui 138 sindicatos filiados e representa diversos setores, como agricultura familiar, indústria, bancários, educação e servidores públicos. Ela também destacou as condições de trabalho árduas e insalubres enfrentadas pelas mulheres em frigoríficos,



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

onde muitas adoecem, sofrem abortos e têm a saúde mental afetada devido ao ambiente e à falta de pausas adequadas. Ela ressaltou a necessidade de atenção a essas trabalhadoras e a importância de fiscalização e aplicação de normas reguladoras, como a NR 36, que foi revogada. A CUT tem como pauta emergente a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, visando a qualidade de vida das mulheres que enfrentam dupla e tripla jornada. Também defendem a isenção do imposto de renda para salários de até R\$5.000,00 com desdobramento para R\$7.200,00 e a taxaço das grandes fortunas. Anna Julia mencionou a defesa da descriminalização do aborto pela CUT, especialmente em casos de crianças vítimas de abuso, para garantir o direito da mulher sobre seu próprio corpo e evitar consequências graves para a saúde e vida das mulheres. A CUT defende essa pauta com base no lema "criança não pode ser mãe". Ela também ressaltou a luta contra a PEC 32, que, em sua visão, representa a destruição do serviço público e do atendimento à população em áreas como Saúde, Educação e Assistência. A CUT está mobilizada para rejeitar essa proposta, que ameaça a estabilidade e as carreiras dos servidores. Por fim, Anna Julia enfatizou a importância da participação da CUT nos conselhos, como o Conselho de Trabalho e Renda, para acompanhar e debater políticas públicas que afetam os trabalhadores, especialmente as mulheres, afirmando que os representantes sindicais se dividem para garantir presença em diversos conselhos, independentemente do governo em exercício. Passou-se para o próximo ponto de pauta.

5. Avaliação da 05ª CNPM. Terezinha (32 min), Cléia e Marlete apresentaram um panorama geral da 05ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que ocorreu em Brasília após quase 10 anos sem edições. Elas descreveram o evento como um "encontro festivo da democracia", reunindo cerca de 5.000 mulheres de diferentes segmentos e territórios. Terezinha relatou diversos problemas administrativos durante a conferência, como atrasos na alocação em hotéis, overbooking de voos e infraestrutura insuficiente para o grande número de participantes. No entanto, ela enfatizou que, apesar desses desafios, o conteúdo da conferência não foi prejudicado. Terezinha destacou que,



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

no primeiro dia da conferência, o Presidente da República e diversos ministérios apresentaram suas pautas e compromissos com as políticas públicas para mulheres, visto que o Ministério da Mulher foi definido como transversal. Vários protocolos e convênios foram assinados, incluindo a prorrogação da licença-maternidade para 120 dias, o que foi considerado um grande avanço. Ela também relatou que a conferência foi marcada por situações de racismo e transfobia entre as participantes, o que gerou moções de apoio às vítimas e o descredenciamento de pessoas que cometeram esses atos. Ela enfatizou a importância dessas discussões e a necessidade de combater tais atitudes e considerou que as propostas aprovadas na conferência, resultantes dos debates municipais e estaduais, foram muito boas e ricas, totalizando 60 propostas completas. Ela expressou satisfação com os resultados, apesar do cansaço e dos problemas enfrentados. Marlete destacou como um grande feito a aprovação da moção "Sônia Livre" na conferência nacional, que visava a liberdade de uma mulher negra, deficiente auditiva, que estava em regime de escravidão há mais de 40 anos. Ela ressaltou que esse foi um "trabalho de formiguinha" que conseguiu mais de 600 assinaturas em um dia e meio. Marlete e Cleia elogiaram o trabalho da comissão da conferência estadual, presidida por Marlete, que garantiu o encaminhamento das moções aprovadas para os destinatários. Cleia agradeceu a oportunidade de participação e destacou o impacto da conferência como pessoa e profissional. Marlete também ressaltou a inclusão de uma delegada indígena de Abelardo Luz, Samara, que participou com sua filha bebê, o que foi possível graças à conferência virtual e ao apoio da delegação. Marlete expressou preocupação com o "aflorescimento" de agressividade e a falta de empatia entre algumas participantes durante a conferência, com reclamações e atitudes negativas que, em sua visão, prejudicaram o ambiente de construção coletiva. Ela repudiou o assédio e a agressão verbal que algumas conselheiras sofreram, reiterando que esse tipo de "feminismo" não a representa. Marlete defendeu o sucesso da conferência virtual de Santa Catarina, que possibilitou a participação de mulheres que, de outra forma, não teriam acesso, como a delegada



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

indígena Samara e sua bebê. Ela enfatizou que a inclusão dessas mulheres, que não estão organizadas em conselhos ou grupos coletivos, foi um grande avanço. Cleia relatou as experiências desafiadoras e impactantes da Conferência de Políticas para as Mulheres, destacando a falta de respeito entre as mulheres e a precariedade das condições de trabalho vivenciadas por muitas delas, especialmente as que atuam em frigoríficos. Ela também mencionou a dificuldade de acesso a determinados painéis e a diversidade de mulheres presentes, como ciganas, negras, pardas e indígenas, que trouxeram aprendizados significativos sobre invisibilidade e superação de mitos. Cleia também enfatizou que a conferência foi uma oportunidade de aprendizado sobre doação e compromisso, resultando em maior sensibilidade pelas mulheres invisibilizadas de Santa Catarina e do Brasil. Ela ressaltou a importância de discutir políticas mais a fundo e de se abrir para aprender com outras mulheres, sugerindo a necessidade de processos formativos e educacionais contínuos. Por fim, Patricia Ferreira compartilhou sua experiência na conferência, ressaltando a importância de sair da "bolha" e interagir com a diversidade de todos os estados. Ela mencionou o contato com uma delegada da Bahia que compôs uma música sobre a desconstrução da figura de Amélia, simbolizando a luta contra estruturas machistas e patriarcais. Apesar das dificuldades e desafios logísticos, Patricia Ferreira avaliou a experiência como muito positiva, agradecendo o suporte recebido. Ato contínuo. **6. Retorno sobre o andamento do Curso de Formação de Conselheiras.** Carol (1h16min) informa que na data de amanhã, dia 08 de outubro de 2025 está agendada uma reunião com o gabinete da Secretária Adjunta, Milena Lopes para tratar desse assunto. Marlete informou sobre as dificuldades na continuidade do curso de formação de conselheiras, destacando que uma denúncia foi feita ao Ministério Público devido à paralisação e ao risco de perda de recursos públicos em 2024. Ela mencionou que a deputada Luciane Carminatti está verificando a possibilidade de estender o prazo do convênio e que a Secretária Milena sugeriu, inclusive, a alteração do objeto do curso para não perder o recurso, uma proposta que preocupa o conselho.



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Marlete expressou frustração com a falta de avanços e questionou o motivo da estagnação, reiterando a preferência pela realização do curso por uma universidade pública como a UDESC, por exemplo. Patrícia Ferreira atualizou sobre o curso de formação, mencionando que a Secretária Milena, que não pôde comparecer à reunião, informou que o prazo para a realização do curso será estendido. A preocupação da secretária era não perder o recurso, e foi solicitado que, caso o prazo não pudesse ser estendido, o objeto fosse alterado para garantir que o CEDIM não perdesse o recurso das emendas. Carol reitera que a comissão de formação então se reunirá com a Secretária Milena dia 08/10 para tratar desse ponto e qualquer atualização será divulgada para o grande grupo das conselheiras do CEDIM. **7. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho. Carol (1h26min)** informa que as comissões de enfrentamento à violência; normas e a de formação apresentarão seus relatos na plenária e a comissão organizadora da 05ª Conferência Estadual será extinta pois já alcançou seu objetivo e finalizou seus trabalhos. Em relação à **Comissão de Enfrentamento à Violência**, Joseane (1h27min) informou que a SAS respondeu aos ofícios encaminhados pelo CEDIM. Em relação à primeira resposta, Joseane relatou que uma das unidades móveis (ônibus lilás) está em revisão e a outra não está em condições de uso, sendo feito um levantamento de orçamentos para reparos. Ela mencionou que o projeto "Mulheres e Cidadania" está sendo revisado para definir novos objetivos e cronogramas, e que o ônibus lilás está percorrendo o estado. A comissão solicitou uma atualização da programação do ônibus e que Fabiana, responsável pelas ações, apresente dados sobre os municípios visitados e o número de mulheres atendidas na próxima plenária de novembro ou na de dezembro. Sobre o ofício do CEDIM questionando acerca do Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, Joseane destacou que a SAS está articulando a elaboração do plano estadual em parceria com a FAPESC, visando a eliminação de todas as formas de violência. Joseane, em nome da comissão propôs que o CEDIM participe ativamente desse plano e que seja criado um repositório online de cartilhas e materiais informativos



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

sobre violência para facilitar o acesso das mulheres e Carolina confirmou que o CEDIM já está participando do plano e que já existe um GT ativo para acompanhamento, onde algumas conselheiras do CEDIM fazem parte. No que diz respeito à denúncia recebida pelo CEDIM sobre violação de direitos de mulheres indígenas na terra indígena de Abelardo Luz, onde mulheres, idosas e crianças estavam sendo expulsas e ameaçadas, a comissão decidiu encaminhar a denúncia ao Ministério Público e o CEDIM irá verificar a possibilidade de designar uma conselheira para acompanhar o caso, inclusive com visitas ao local. Sobre a **Comissão de Formação, Carolina Bergmann (1h47 min)** informou que esta comissão tem dois pedidos de capacitação de municípios (Correia Pinto e São Ludgero) em aberto. Ela mencionou a intenção de organizar uma atividade que envolva outros municípios interessados, e Cleia se colocou à disposição para auxiliar, sugerindo a criação de um projeto com diretrizes mínimas para as capacitações e a realização de atividades em formato híbrido e em duplas de conselheiras. Terezinha destacou a necessidade urgente de capacitações e cursos de formação para fortalecer esses conselhos, pois a desinformação é grande. Carol informou que São Ludgero e Correia Pinto buscam ajuda para implementar seus conselhos municipais, precisando de apoio para identificar entidades da sociedade civil e redigir a minuta da lei de criação. Marlete reiterou a importância da presença do CEDIM no acompanhamento dos municípios, citando a dificuldade que alguns tiveram para realizar conferências municipais devido à desarticulação da sociedade civil e dos gestores. Ela exemplificou problemas como a criação de conselhos sem a devida participação da sociedade civil e a nomeação de um homem para a Secretaria da Mulher em Palhoça, ressaltando que o CEDIM precisa administrar essas questões por falta de proximidade. Mareli se ofereceu para apoiar o município de Correia Pinto, dado que Lages é próximo e seu conselho municipal poderia dialogar diretamente para dar suporte. Patrícia Ferreira informou que vai fazer contato com o município de Braço do Norte que acabou de criar seu conselho municipal de direitos das mulheres para poder auxiliar São Ludgero pela proximidade



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

também. No que diz respeito à **Comissão de Legislação, Normas e Orçamento, Marlete (2h07min)** expressou preocupação com a minuta do plano de ação elaborado pela comissão para ser respondida ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), que propõe a criação de um grupo de WhatsApp como canal de comunicação para a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Ela questionou a eficácia dessa ferramenta e a responsabilidade de criar uma rede que já deveria ser função da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), mencionando que o CEDIM tem a função de fiscalizar e propor, não de executar. Marlete se recusou a assinar o documento da forma como estava, pedindo que as conselheiras analisassem o documento em profundidade e considerassem o histórico de propostas do conselho que não foram acolhidas. Patrícia Ferreira sugeriu que o documento fosse discutido primeiramente na comissão de normas, já que a conselheira responsável pela minuta estava aberta a sugestões e o trabalho ainda não era uma versão final. Marlete reiterou a importância de ler a documentação completa do TCE e a lei de criação do CEDIM para responder de forma responsável, enfatizando que as conselheiras devem ter comprometimento e buscar o histórico de gestões anteriores. Carol informa que a comissão irá se reunir novamente na próxima sexta-feira, dia 10/10 para continuar na construção do documento. **8. Informe Agosto Lilás.** Cleia (1h50min) compartilhou que representou o conselho em eventos como a conferência municipal em Pinhalzinho e o primeiro seminário Agosto Lilás em Jaraguá do Sul. Em relação a este último especificamente, Cleia detalhou a participação de diversas autoridades e especialistas no seminário, que abordaram as formas de violência e a organização da rede de enfrentamento, incluindo a campanha do sinal vermelho e o alerta sobre os perigos do uso excessivo de tecnologia por crianças e adolescentes. Cleia também enfatizou a importância da educação infantil como um nível emblemático da educação básica, onde se deve incluir o ensino sobre a Lei Maria da Penha nos currículos escolares. Ela ressaltou a necessidade de pensar as mediações pedagógicas em um coletivo de educadores para implementar essa inclusão



desde a educação infantil. Terezinha, que também esteve presente no seminário de Jaraguá do Sul, relatou sobre a fragilidade dos conselhos em uma regional, mencionando que alguns municípios, como Jaraguá do Sul, não realizaram a conferência. Marlete informou sobre a reunião do Observatório de Violência da ALESC, que discutiu dados e a atualização do sistema de informações da Secretaria de Estado de Segurança Pública e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, buscando cruzar os dados de denúncias e casos. Ela mencionou críticas ao botão do pânico, que ainda não é suficientemente rápido, e a necessidade de ajustar o atendimento por parte do corpo de bombeiros. Joseane compartilhou sobre sua participação em reuniões no CEPOMIF sobre saúde indígena e o Congresso Brasileiro de Infectologia, onde foi apresentado os números aumentados de gestantes com sífilis e óbitos fetais e infantis por coqueluche. **9. Informes Gerais.** Marlete (2h30min) reforçou a importância da reunião presencial de dezembro para avaliar o ano e planejar avanços, destacando a necessidade de registrar o histórico das conferências nacional e estadual na página do CEDIM. Ela pediu que as conselheiras e as Secretarias do Governo compartilhem materiais sobre campanhas importantes para as mulheres, como o Outubro Rosa, para que o CEDIM possa dar visibilidade a essas ações. Juci, mencionou que enquanto conselheira membra da comissão de comunicação, explicou que tenta fazer o melhor, mas não é da área e precisa de ajuda para produzir material mais completo e para gerenciar os conteúdos, como os links de cartilhas de outras instituições no site do conselho. **10. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Marlete agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 09ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2025. Eu, Carolina Freitas, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

[https://drive.google.com/file/d/1NQgOdEW7g1tRiezS-8IVXPKPmet5gfv-
/view?usp=drive_link](https://drive.google.com/file/d/1NQgOdEW7g1tRiezS-8IVXPKPmet5gfv-/view?usp=drive_link)



CEDIM/SC

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016



Assinaturas do documento



Código para verificação: **5NF8Y9A4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAROLINA SILVA RODRIGUES DE FREITAS (CPF: 036.XXX.509-XX) em 04/11/2025 às 17:13:29

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:25 e válido até 13/07/2118 - 13:30:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDAyNzRfMjc0XzlwMjFfFfNU5GOFk5QTQ=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00000274/2021** e o código **5NF8Y9A4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.